

Socorro na hora certa

A decisão do governo brasileiro de recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) começou a amadurecer em setembro como reação à maior crise mundial das últimas décadas. Naquela ocasião, a quantidade de reservas em poder do Banco Central estava em torno de US\$ 45 bilhões. Bem abaixo dos US\$ 74 bilhões acumulados logo depois da venda das empresas do sistema Telebrás, nos últimos dias de julho.

A saída em massa dos investimentos estrangeiros, que atingiu US\$ 1 bilhão por dia no período mais crítico, começou com a decisão russa de suspender o pagamento da dívida, em meados de agosto. O receio de que o Brasil fizesse o mesmo foi o estopim para uma corrida desenfreada em busca de aplicações mais seguras nos Estados Unidos e na Europa.

Os acontecimentos no Brasil foram acompanhados com atenção pelas autoridades norte-americanas. Por trás de tanta preocupação, o temor de uma possível inadim-

plência, com reflexos dramáticos para o sistema financeiro dos Estados Unidos. Além disso, o Brasil é um parceiro importante na área comercial e um dos destinos preferidos para os investimentos das grandes companhias.

Por isso, esse acordo que o Brasil assinou com o FMI foi costurado por muitas mãos. Era preciso impedir que a crise iniciada na Ásia no ano passado contagiasse outros países, especialmente a América Latina. Um argumento forte como esse convenceu a comunidade financeira internacional a abrir os cofres. O Brasil receberá US\$ 41,5 bilhões nos próximos três anos. A primeira parcela de US\$ 9,3 bilhões (US\$ 5,3 bilhões do FMI e US\$ 4 bilhões dos países ricos) será usada para recompor as reservas. O governo ainda não decidiu se usará o total do empréstimo, mas quer a garantia de que terá esses recursos disponíveis para uma emergência. É o seguro para afastar de vez o risco de uma nova crise.